

Assédio ao Tesouro

E assustador o mal que fez ao Brasil o poder outorgado à burocracia pelo regime militar (e por ela defendido com unhas e dentes). O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, disseco para o *JORNAL DO BRASIL* um dos incontáveis exemplos do gritante descaso da burocracia pelo dinheiro público que alimenta os programas oficiais de crédito. O depoimento é de um técnico que fez uma carreira profissional no Banco do Brasil, aperfeiçoando-se em cursos inclusive no exterior.

O exemplo focalizado pelo ministro é o Proterra, criado no governo Médici para tentar acabar com os efeitos da crise aberta pela grande seca do Nordeste em 1970. Concebido de emergência no transcurso de uma noite, em Maceió, por um solitário burocrata (o próprio ministro Mailson da Nóbrega, à época assessor de diretor do Banco do Brasil), o Proterra foi oferecido à opinião pública com as cores de um plano salvador, capaz de extinguir a seca do Nordeste. A Resolução 147 do Banco Central era, no entanto, apenas um novo canal de financiamento, a juros fartamente subsidiados, para atender a um número reduzido de fazendeiros apadrinhados politicamente. Portanto, mais uma fonte de concentração de renda com o dinheiro público arrecadado em impostos.

Quase 20 anos se passaram desde a criação do Proterra. O técnico ocupou vários órgãos governamentais e ampliou sua experiência administrativa. Agora ministro da Fazenda, responsável pelas contas do Tesouro — vale dizer, pela administração dos recursos obtidos mediante impostos e endividamento público —, Mailson da Nóbrega colaborou, juntamente com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, para criar no Brasil a figura moderna do orçamento único, fundindo os orçamentos monetário e o das estatais no mesmo orçamento fiscal.

Orçamentos são peças fundamentais nos regimes democráticos. É através da sua apresentação ao Congresso que o Executivo presta à sociedade as satisfações sobre como pretende gastar o dinheiro arrecadado em impostos. Sabendo que o contribuinte poderá negar-lhes o voto à reeleição — em caso de aumento de impostos, ou de emissões monetárias e de títulos da dívida interna para complementar o excesso de gastos — os políticos passam a vigiar a execução orçamentária com olhos críticos e interesse público. A situação muda.

O resultado dessa ação disciplinada da representação política é claramente observado nos países desenvolvidos: os índices de inflação há muito cabem em apenas um dígito. A estabilidade financeira facilita o horizonte dos investimentos e assegura bem-estar à maioria da população. No Brasil,

a Constituição de 88 devolveu ao Congresso o poder de fiscalizar o orçamento e de legislar sobre matéria tributária e financeira.

Mas, o avanço institucional não renovou a velha prática. Políticos que vivem de intermediar favores na liberação de dinheiro público, empresários cevados pelos subsídios, incentivos e créditos oficiais e burocratas que administram as torneiras dos cofres federais insistem em viver no tempo do faz-de-conta facilitado pelo orçamento triplo.

No início do governo Figueiredo assistiu-se publicamente a uma grande queda-de-braço entre o ministro que queria fazer respeitar os orçamentos — para evitar que o déficit público, a dívida interna e a inflação (que estava na faixa de 45% ao ano) fugissem ao controle — e os ministros que queriam servir-se de verbas do Tesouro para obras com alcance eleitoral. A pressão dos ministros gastadores acabou derrubando o professor Mário Henrique Simonsen do governo e, em consequência, o descontrole do déficit público e a escalada da inflação começaram em agosto de 1979.

O que seria uma Nova República também começou sob a inspiração de fazer primeiro o saneamento das finanças públicas para depois realizar projetos. Essa orientação ficou definida na sentença — “É proibido gastar” — cunhada como lema no discurso de posse do ministério pelo presidente Tancredo Neves e lida pelo vice-presidente José Sarney. Poucos são os remanescentes da primeira reunião do governo. Talvez, por isso, alguns ministros, como o dos Transportes — que acaba de meter na sua pasta um terço da verba suplementar do Orçamento —, exibam tão escandalosa falta de compromisso com a austeridade nos gastos.

Nenhum governo consegue jamais controlar a inflação quando dentro da própria máquina burocrática se instala a disputa pela chave do cofre do Tesouro, confiado à guarda de ministros responsáveis e merecedores do respeito de toda a sociedade.

A crise fiscal é das mais graves da nossa história, como atestam a falência do Estado e os índices recordes da dívida interna e da inflação. O Brasil trabalha sobre o fio da navalha. Qualquer sinal de perda de controle da economia pode levar o país imediatamente à hiperinflação. Pressionar o Tesouro para começar (e impedir que possam ser interrompidas) ou tocar obras na atual administração — a caminho do seu final — é uma irresponsabilidade tão grande que a insistência só pode ter uma explicação: dificultar a ação saneadora do futuro governo, retardando-a ou (o que vem a dar no mesmo) antecipando o caos das finanças públicas para o começo do novo governo.